FIESP | DEPARTAMENTO SINDICAL

InformeDESIN

Boletim 1325/2017 – Ano IX – 07/11/2017

Valor ECONÔMICO

Médico de família ajuda a baixar custo

Por Beth Koike

Ao contrário do que se possa imaginar, hospitais e operadoras de planos de saúde também estão enfrentando problemas com o alto custo do convênio médico concedido aos seus funcionários e dependentes. Diante desse cenário, hospitais como Albert Einstein, Sírio-Libanês e BP (novo nome da Beneficência Portuguesa) e a operadora Amil iniciaram ações internas para baixar o custo. O ponto em comum entre essas ações é o foco no atendimento básico, ou seja, fazer com que funcionários e dependentes sejam acompanhados por um médico de família para evitar idas desnecessárias ao pronto socorro, a médicos especialistas ou a ocorrência de exames em duplicidade.

"Não éramos o melhor exemplo. Nossa taxa de sinistralidade era alta. Sabe aquele ditado: casa de ferreiro, espeto de pau? ", disse Catia Porto, vice-presidente de capital humano do UnitedHealth Group Brasil, dona da Amil. Há um mês, a operadora mudou o formato do convênio médico oferecido aos seus 40 mil funcionários e 20 mil dependentes. Todos tiveram um "upgrade" do plano de saúde, mas passaram a pagar uma coparticipação de 20% do valor do procedimento médico, cuja quantia não pode ultrapassar 5% do salário.

Nesse processo, foi dada uma contrapartida: o funcionário que aderir ao programa de promoção à saúde da Amil não paga a coparticipação. O programa exige que o empregado faça adesão a uma das ações como acompanhamento com nutricionista, médico de família ou pré-natal no casos de gestantes. "Já administramos esse programa para outras empresas que nos relataram uma queda expressiva no custo do plano", disse Catia. Para facilitar a adesão, a Amil está instalando, dentro de seus escritórios, ambulatórios para atender os colaboradores. O programa de promoção à saúde da Amil é vendido como um serviço para outras empresas e tem cerca de 85 mil usuários que também são clientes da operadora.

O Hospital Albert Einstein se deparou com reajustes elevados do convênio médico, administrado pela Sompo (exMarítima). No ano passado, o Einstein desembolsou R$ 73 milhões com o plano de saúde que é oferecido a cerca de 27 mil pessoas, entre funcionários e dependentes, que em sua maior parte não tem acesso ao hospital Albert Einstein. Essas pessoas continuam não tendo a cobertura, mas desde o começo do ano, quando um dos funcionários é internado em outro hospital, o Einstein coloca um de seus médicos para acompanhá-lo. Nos casos de alta complexidade, a pessoa é transferida para

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

o Albert Einstein. "É preciso mudar o atual modelo de remuneração que paga pelo tratamento da doença. O caminho é a promoção da saúde, a prevenção da doença. Por isso, estamos investindo em clínicas com médicos de família para acompanhar nossos colaboradores", disse Sidney Klajner, presidente do Hospital Albert Einstein.

No primeiro semestre, o Einstein investiu R$ 10 milhões na construção de duas clínicas para atender funcionários e dependentes. Mais R$ 60 milhões serão aplicados em 2018 para erguer novos consultórios em São Paulo. Segundo Klajner, com o atendimento centralizado no médico generalista houve uma queda de cerca de 20% no volume de procedimentos. Nos primeiros nove meses do ano, o custo do plano de saúde caiu 6,2%, o que representa uma economia de cerca de R$ 4,5 milhões, considerando o montante gasto em 2016 com plano de saúde. No longo prazo, o objetivo do Einstein é vender esse modelo de clínicas com um médico de família para outras empresas. Isso começou a ser feito, recentemente, pelo Sírio-Libanês, que também viu sua conta com plano de saúde disparar nos últimos anos. O custo per capita do convênio médico dos funcionário baixou 27% em 2016 com a adoção de um modelo concentrado no atendimento médico primário.

No Sírio, além das consultas médicas e exames, os colaboradores também ganharam o direito de se internar no hospital, o que não era permitido até 2014. Com esse modelo de gestão da saúde dos colaboradores, o Sírio economizou, no ano passado, R$ 16 milhões com o convênio médico, que atende 12 mil pessoas. O Sírio está em negociações finais com duas empresas que terão médicos do hospital dentro dos escritórios ou fábricas para acompanhar de perto os funcionários. "Cerca de 80% dos casos são resolvidos por um médico de família. Cada vez que a pessoa vai à emergência, são pedidos novos exames, começa tudo de novo", disse o cirurgião Paulo Chapchap, CEO do Hospital Sírio- Libanês. Além da comodidade de ter um médico no próprio prédio do trabalho, o que deve atrair às pessoas é a credibilidade médica do Sírio.

A BP (Beneficência Portuguesa) também criou um programa para seus empregados baseado em atendimento primário. "Enfrentávamos os mesmos dilemas do mercado, com alto custo no plano de saúde mesmo com os funcionários tendo acesso ao hospital", disse Juliana Caligiuri, superintendente executiva da BP. Criado há um ano e meio, o programa interno, que atende 15 mil pessoas, reduziu a taxa de sinistralidade em 15%. Segundo Juliana, foi feita uma análise do perfil de saúde dos funcionários e dependentes da BP, seguida de um acompanhamento sistemático com recomendações alimentares ou instruções após alta de uma internação. "Muitos pacientes não fazem o tratamento adequado ao deixarem o hospital, o que ocasiona a reinternação", disse Ana Elisa Siqueira, presidente do Grupo Santa Celina, consultoria que faz gestão de usuários de planos de saúde.

(Fonte: Valor Econômico – 08/11/2017)

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

DCI www.dci.com.br

Arrecadação e opções pelo Simples voltam a reagir até setembro de 2017

A receita do regime simplificado avançou 10% acima da inflação no período, a R$ 60,3 bilhões, depois de ter queda real de 4,7% no ano passado; inflação e juros mais baixos ajuda cenário

São Paulo - As opções e a arrecadação do Simples Nacional voltaram a reagir para o período de janeiro a setembro. Nos nove meses do ano, a receita avançou 10% acima da inflação (em termos reais), para R$ 60,3 bilhões.

Em igual período do ano passado, o recolhimento do Simples havia registrado uma diminuição real de 4,7%, para R$ 53,6 bilhões.

Já o número de optantes teve um incremento de 1 milhão de empresas até setembro, alcançando um total de 12.427.536 negócios.

Nos nove meses de 2016, o Simples havia incorporado uma quantidade menor de empresas, cerca de 729 mil, mostram dados do Ministério da Fazenda.

Na avaliação de especialistas, o aumento do ritmo de opções e da arrecadação reflete uma recuperação gradual da atividade econômica e do empreendedorismo impulsionado pela necessidade.

"Está ocorrendo uma pequena retomada econômica e já se observa alguns empreendedores voltando a ter resultados mais positivos", diz o professor de administração da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap), Artur Motta.

"No entanto, por conta da elevada massa de desempregados e do cenário lento de recuperação da atividade, a expansão do empreendedorismo ainda está sendo impulsionada mais pela necessidade do que pela oportunidade", complementa Motta, lembrando que até o ano de 2014 o crescimento dos pequenos negócios estava mais relacionado com as novas oportunidades que estavam surgindo no mercado.

O economista Fernando Aquino, do Conselho Federal de Economia (Cofecon), também avalia que o País passa por um processo vagaroso de retomada da atividade empreendedora, que tende a melhorar a partir do próximo ano, com os efeitos mais evidentes do ciclo de queda da taxa básica de juros (Selic), somados ao ambiente de baixa inflação. "Com juros menores, o custo dos investimentos ficará mais barato e

acessível para os empreendedores, proporcionando que eles possam crescer mais a frente e até sair do Simples nos próximos anos", comenta Aquino do Cofecon.

Dados financeiros

Ontem, o Sebrae nacional e o Banco Central (BC) divulgaram novos indicadores referentes aos micro e pequenos negócios no Brasil. De acordo com o relatório, o número de micro empresas tomadoras de crédito passou de 1,1 milhão no início de 2012 para mais de 2,8 milhões em agosto de 2017. "O rápido crescimento impressiona não só pela taxa, de quase 240%, mas também pelo fato de ocorrer na contramão da tendência geral do mercado", destacou o documento.

Já o número de Empresas de Pequeno Porte (EPP) recuou em agosto de 2017, com relação ao pico de 2013 (1,8 milhões), para 1,5 milhão.

A divulgação mostrou também que o saldo da inadimplência vem caindo nos últimos meses para todos os portes de empresa, apesar de permanecer elevado.

O montante devedor das EPP alcançou R$ 15 bilhões em agosto de 2017 (volume observado antes da recessão), contra o nível recorde de cerca de R$ 17 bilhões observados em janeiro deste ano, por exemplo. Já as microempresas têm mostrado um quadro mais estável, com volume de créditos não pagos em torno de R$ 5 bilhões.

Outros dados mostram que a taxa de juros média de operações pré-fixadas pouco se alterou, mesmo com as grandes oscilações na Selic nos últimos três. As taxas permaneceram em torno de 10% ao ano para as grandes, ao passo que as microempresas pagam mais de 30%, enquanto os negócios de pequeno porte, mais de 40%. Por fim, os juros para os Microempreendedores Individuais (MEI) são maiores, em torno de 70%, diz a pesquisa.

Empréstimos

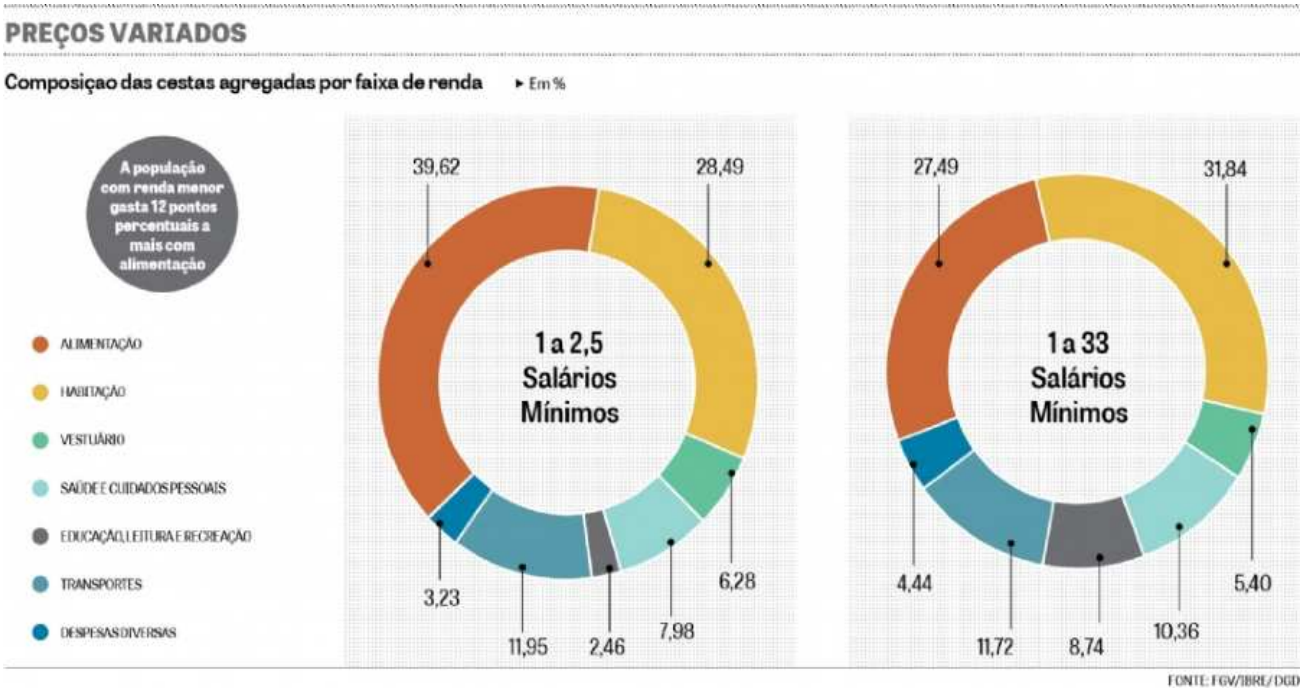
Os indicadores evidenciaram que as micro e pequenas, apesar de representarem 98% do universo de empresas no Brasil e mais da metade do emprego, recebem pouco mais de 14% de todo o crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). As grandes companhias concentram 57% de todo o crédito do SFN, ao passo que as médias participam em 28,5%, as pequenas, em 9,9%, enquanto as micro possuem uma parcela de apenas 4,3%. Foi identificado pelo levantamento ainda que apenas 19% dos microempreendedores individuais têm relacionamento com os bancos como pessoa jurídica.

Paula Salati

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

Inflação para a baixa renda tende a superar índice geral em novembro

A alta vinda do ajuste tarifário na energia elétrica ainda deve pressionar as famílias com ganhos mensais de 1 a 2,5 salários mínimos e impulsionar avanço, ainda que moderado, do indicador



São Paulo - A inflação para as classes mais baixas deve voltar a superar os preços gerais em novembro. Apesar da expectativa de fechar o ano com inflação mais próxima de 2%, famílias com renda mensal de 1 a 2,5 salários mínimos devem sentir aumento gradual em 2018. O Índice de Preços ao Consumidor - Classe 1 (IPC-C1) de outubro ficou em 0,42%, aumento de 0,67 ponto percentual (p.p.) em relação à deflação de 0,25% registrada em setembro. No acumulado do ano até outubro, o indicador ficou com alta de 1,89% e, nos 12 meses, o aumento apurado é de 2,14%.

Usado para mensurar a inflação média das famílias com ganhos de 1 a 2,5 salários mínimos por mês, o resultado foi, ainda, 0,09 p.p. superior à variação observada na população com renda mensal entre 1 e 33 salários mínimos, registrado pelo Índice de Preços ao Consumidor - Brasil (IPC-BR) e que ficou em 0,33% no mês.

De acordo com o economista e coordenador dos índices de preços calculados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), André Braz, mesmo que a "enxurrada" de reflexos negativos de outubro tenha sido pontual, o impacto

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

do reajuste tarifário na energia elétrica ainda deve ser sentido na inflação de novembro. "Como essa concentração de preços administrados não deve se repetir em novembro, é provável que vejamos uma desaceleração. Mas, por hora, ainda há chances de que o IPC-C1 supere o IPC-BR na base mensal porque os itens sensíveis pesam mais para os mais pobres", explica Braz.

Das oito classes de despesas avaliadas pelo IPC-C1, cinco mostraram variações positivas, sendo duas delas as linhas de maior peso para a população com baixa renda: Habitação (com +1,06% em outubro ante -0,33% em setembro) e Alimentação (0,31% contra -0,77% anteriores). Nessas classes analisadas pela fundação, destacaram-se a tarifa de eletricidade residencial (de -2,72% para 4,16%) e hortaliças e legumes (de -7,88% para 11,04%).

Os aumentos também apareceram nas classes de Saúde e Cuidados Pessoais (de 0,03% para 0,21%), Comunicação (de -0,05% para 0,60%) e Despesas Diversas (de 0,27% para 0,49% em outubro). Os artigos de higiene e cuidado pessoal saíram de -0,50% para 0,08%, a tarifa de telefone móvel avançou de -0,14% para 1,49% e cigarros foram de 0,56% para 1,05%. "O problema é que, mesmo com cigarros, hortaliças e telefonia não exercendo efeitos tão fortes em novembro, a população de baixa renda ainda não percebe queda na inflação por conta do desemprego. E esse cenário ainda deve repercutir por um tempo", analisa o economista do Ibre/FGV.

Da outra ponta, o Transporte - terceira despesa de maior peso para as famílias de baixa renda - mostrou variação negativa, saindo de 0,18% em setembro para -0,20% em outubro, com a influência de gasolina, por exemplo, que saiu de 2,95% para -0,01%. Em seguida vieram Vestuário (de 0,63% para 0,07%) e Educação, Leitura e Recreação (de 0,37% para -0,08%), com recuo em roupas (de 0,95% para 0,17%) e passagem aérea (de 12,51% para -9,42%).

O especialista da FGV pontua que a expectativa é que o IPC-C1 mantenha uma sinalização de estabilidade para os próximos meses, "desacelerando, um pouco, da alta, mas sem voltar a ter taxas negativas". "Nos 12 meses, a inflação para os mais pobres ainda está bem menor do que a geral e a tendência é que siga assim. Enquanto o IPCA [Índice de Preços ao Consumidor Amplo] deve fechar em 3,1%, o IPC-C1 deve ficar próximo de 2%."

Vulnerabilidade

Os especialistas consultados pelo DCI ponderam que, mesmo com as sinalizações mais positivas e as indicações de aumento da inflação em todos os âmbitos com a melhora da atividade econômica, tais indicadores continuam "muito sensíveis" ao cenário político. "O consenso é que o pior já passou, mas ainda estamos muito vulneráveis a erros políticos. A

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

doença deixou de avançar, mas qualquer decisão equivocada no âmbito político ainda pode ser o suficiente para trazer aumentos bruscos", conclui o professor de economia da Fundação Escola do Comércio Álvares Penteado (Fecap), Eric Brasil.

Isabela Bolzani

Empresas temem aplicar reforma por resistência dos juízes do trabalho

Especialistas entendem que companhias devem fazer contratos pelas novas regras aos poucos e por temas menos polêmicos, já que CLT teria deixado brechas para Justiça derrubar acordos

São Paulo - As empresas precisam decidir nos próximos dias se vão aplicar as medidas da reforma trabalhista ou se vão esperar pela pacificação da jurisprudência, segundo especialistas. O problema é que o entendimento da Justiça continua uma incógnita.

Na opinião do especialista em direito e processo do trabalho e sócio do escritório Baraldi Mélega Advogados, Danilo Pieri Pereira, o dilema é de difícil solução, visto que a resistência demonstrada pelos juízes da primeira instância desestimula as companhias a tomarem decisões mais agressivas quanto à implementação das novas regras. "Vemos muita insegurança jurídica na Justiça do Trabalho, porque é a que mais tende a fazer inovações e a não seguir a legislação", afirma Pereira.

Algo que preocupa os empresários é a posição externalizada pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) de que boa parte da reforma, que entra em vigor neste sábado (11), é inconstitucional e que os juízes não irão aplicá-la.

O advogado trabalhista do Miguel Neto Advogados, Rodrigo Baldo, entende que embora o juiz não possa, de acordo com a sua interpretação descumprir uma lei, a reforma foi feita com muita pressa, abrindo brechas para ter algumas de suas mudanças invalidadas. "Esse atropelo causou um descuido do legislador. Há muitos artigos que deveriam ter sido revogados para a aplicação de novos", avalia o advogado.

Um desses artigos que deveriam ter sido revogados, de acordo com o especialista, é o artigo 9º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), segundo o qual "serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação".

Rodrigo Baldo acredita que o artigo 9º dá proteção e liberdade para o juiz não acolher a aplicação da norma nova. "O juiz do trabalho, se entender que o trabalhador foi

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br

prejudicado, vai derrubar tudo por meio de despacho de acordo com o artigo 9º. A lei precisava de um debate maior, sem ser essa forma atropelada. A reforma traz um avanço, mas também tem inconsistências", acrescenta ele.

Para Danilo Pieri Pereira, a empresa deve ter cautela na implementação da lei. "É preciso sentir aos poucos para que lado anda a jurisprudência, de modo a evitar surpresas negativas no Judiciário."

Ao mesmo tempo, o advogado percebe que se todos esperarem pelas decisões não haverá jurisprudência porque a reforma simplesmente não será aplicada. Em um cenário assim, na prática, seria como se não houvesse qualquer mudança na CLT. "Seria interessante que os órgãos que coordenam a Justiça do Trabalho chegassem a um consenso para que as decisões sejam mais uniformes. Agora, olhando pelo texto da lei, só cabe ao juiz verificar a validade formal da negociação coletiva, exceto se houver vício de consentimento. Não cabe avaliar se a lei é a favor ou contra o trabalhador", comenta Pereira.

Aplicação imediata

Já a advogada trabalhista do L.O. Baptista Advogados, Rosana Pilon, defende que as companhias devem fazer o oposto e aplicar desde o início as novas regras da reforma. "Uma parcela dos magistrados quer que essa reforma não pegue, mas precisamos aplicar a reforma da forma correta. Já temos que começar a implementar, porque as decisões são muito lentas. Não podemos esperar para que a reforma só passe a valer daqui a 10 anos", opina.

Rosana diz que um caminho mais seguro para as empresas seria começar aplicando as mudanças menos polêmicas, como as que tratam de homeoffice. "Se a empresa colocar todas as regras do trabalho à distância, inclusive permitindo a desconexão do funcionário após um determinado horário, para proteger a saúde, o juiz pode até ter resistência, mas ficará provada a boa-fé do empregador", conta.

Para regras mais polêmicas como trabalho intermitente, redução do horário de almoço e trabalho de gestantes em condições insalubres, a advogada recomenda mesmo que seja tomada mais cautela, já que são pontos que devem enfrentar batalhas mais difíceis na Justiça. "Não adianta querer suprimir todos os direitos como se a reforma desse carta branca para isso. Tem pontos mais difíceis, como o trabalho intermitente e o da gestante em condições insalubres que é melhor esperar mesmo."

Ricardo Bomfim

(Fonte: DCI – 08/11/2017)

Informe Desin é uma publicação do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp
Av. Paulista, 1313 - 5° andar | comentários e sugestões: cassind@fiesp.org.br